



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESTADUAL
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

PR-PA-00000000/20XX

CONTRATO XX/20XX

**CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ, E
XXXXXXX _____.**

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA**, com sede na rua Domingos Marreiros, nº 690, Bairro: Umarizal, Cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.055-215, inscrita no CNPJ sob o nº 26.989.715/0019-31, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo **SECRETÁRIO ESTADUAL da PR/PA, Sr. RENATO TABOSA KOCH COUTINHO**, brasileiro, casado, matrícula nº. 22.510, no uso da competência que lhe foi atribuída pela **Portaria nº 171**, de 30 de maio de 2022, do **PROCURADOR-CHEFE da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**, e pelo **art. 41, IX, do Regimento Interno do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, aprovado pela **Portaria nº 382**, de 05 de maio de 2015, do Exmo. Sr. **SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, e, de outro lado, **XXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **X.XXX.XXX/XXXX-XX**, sediada à(em) **XXXXXXXXXXXXX**, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por **XXXXXXXXXX**, portador(a) da Carteira de Identidade, RG nº. **XXXXXXX**, expedido pela **XXXXXX/XX**, e CPF **000.000.000-00**, tendo em vista o que consta no Processo licitatório nº 1.23.000.002843/2023-95, no processo da Ata de Registro de Preços – ARP nº **XXXX/2024**, PGEA de Nº 1.**23.000.000000/2024-00** e no processo de contratação nº 1.**23.000.000000/2024-00**, e em observância e sujeição às normas da **Lei Nº 14.133 de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)**; às cláusulas deste instrumento e demais normas correlatas resolvem celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1. Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços de fornecimento automático de café, bebidas quentes e Vending Machine para a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA**, com sede em Belém/PA, bem como nas **PROCURADORIAS DA REPÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DE ALTAMIRA, MARABÁ e SANTARÉM**, com sedes nos municípios de Altamira, Marabá e Santarém, respectivamente.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

Contrato **XXX/2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ** e **XXXXXXXXXXXXX**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESTADUAL
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

- 1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.2.2. O Edital de Licitação,
- 1.2.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CARACTERÍSTICAS, DESCRIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO.

2.1. As características, descrições e especificações do objeto estão previstas no Termo de Referência correspondente.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O preço estimado total da contratação é de R\$ **XXX.XXXX,XX** (valor por extenso), conforme custos estabelecidos na tabela de preços abaixo, já consideradas todas as despesas diretas e indiretas com materiais; mão de obra; cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas; transporte; taxas; seguros e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto.

TABELA DE PREÇOS

Descrição: Fornecimento automático de café e bebidas quentes.					
CATSER: 20648					
Item	Local de execução	Quantidade mensal de doses (Franquia + Excedentes) (A)	Valor Unitário (B)	Valor mensal (A x B)	Valor anual (A x B) x 12
1	BELÉM	5.308	R\$ XXX	R\$ XXX	R\$ XXX
2	ALTAMIRA	1.700	R\$ XXX	R\$ XXX	R\$ XXX
3	MARABÁ	2.563	R\$ XXX	R\$ XXX	R\$ XXX
4	SANTARÉM	3.337	R\$ XXX	R\$ XXX	R\$ XXX
Valor total dos itens					R\$ XXXXX

3.2. Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos e atestados pelo fiscal do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Contrato X**XXX/2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ** e X**XXXXXXXXXXXXXX**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESTADUAL
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

4.1. DA DEMANDA:

4.1.1. A estimativa da **d demanda mensal** será a registrada nas alíneas abaixo e detalhada por produto **identificado nas tabelas I, II, III e IV** seguintes:

- a) **PR/PA** – **4.808** doses de franquia mínima e **500** doses excedentes, disponibilizadas em **7 máquinas de bebidas quentes + 1 Vending Machine**;
- b) **PRM Altamira** – **1.500** doses de franquia mínima e **200** doses excedentes, disponibilizadas em **2 máquinas de bebidas quentes**;
- c) **PRM-Marabá** – **2.363** doses de franquia mínima e **200** doses excedentes, disponibilizadas em **4 máquinas de bebidas quentes**; e
- d) **PRM Santarém** – **3.137** doses de franquia mínima e **200** doses excedentes, disponibilizadas em **3 máquinas de bebidas quentes**.

TABELA I

Item 1 – PR/PA - sede em Belém/PA			
Bebida	Quantidade mensal de doses - franquia mínima e excedente (A)	Valor unitário por dose (B)	Valor total mensal (A x B)
Café curto	4.808	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
Café longo			
Café com leite			
Leite			
Chocolate			
Cappuccino			
Chá			
Dose excedente	500	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
Valor total mensal			R\$ XXX,XX
Valor total anual			R\$ XXX,XX

TABELA II

Item II – PRM ALTAMIRA - sede em Altamira/PA

Contrato **X****XXX/2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ** e **X****XXXXXXXXXXXXXX****X**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESTADUAL
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Bebida	Quantidade mensal de doses - franquia mínima e excedente (A)	Valor unitário por dose (B)	Valor mensal (A x B)
Café curto	1.500	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
Café longo			
Café com leite			
Leite			
Chocolate			
Cappuccino			
Chá			
Dose excedente	200	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
Valor total mensal			R\$ XXX,XX
Valor total anual			R\$ XXX,XX

TABELA III

Item 3 – PRM MARABÁ - sede em Marabá/PA			
Bebida	Quantidade mensal de doses - franquia mínima e excedente (A)	Valor unitário por dose (B)	Valor total mensal (A x B)
Café curto	2.363	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
Café longo			
Café com leite			
Leite			
Chocolate			
Cappuccino			
Chá			
Dose excedente	200	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
Valor total mensal			R\$ XXX,XX

Contrato X**XXX/2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ** e X**XXXXXXXXXXXXXX**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESTADUAL
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Valor total anual	R\$ XXX,XX
--------------------------	------------

TABELA IV

Item 4 – PRM SANTARÉM - sede em Santarém/PA			
Bebida	Quantidade mensal de doses - franquias mínima e excedente (A)	Valor unitário por dose (B)	Valor total mensal (A x B)
Café curto	3.137	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
Café longo			
Café com leite			
Leite			
Chocolate			
Cappuccino			
Chá			
Dose excedente	200	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
Valor total mensal			R\$ XXX,XX
Valor total anual			R\$ XXX,XX

4.2. As demais regras que norteiam a **EXECUÇÃO DO OBJETO** contratado estão dispostas no **item 5 (cinco)** do Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL DE ENTREGA DOS ITENS

5.1. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar as doses de bebidas quentes por meio de máquinas automatizadas na quantidade e local abaixo especificados:

- a) 5.308** doses na sede da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA**, situada na Rua Domingos Marreiros, 690 – Bairro do Umarizal - CEP 66-055-215 – Belém/PA – Telefone: (91) 3299-0111.
- b) 1.700** doses na sede da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA/PA**, situada na Av. Tancredo Neves, nº 3256 – Bairro Jardim Independente II - Altamira/PA - CEP: 68.372-222, (Telefone: (93) 3515-2526).

Contrato X**XXX/2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ** e X**XXXXXXXXXXXXXX**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESTADUAL
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

c) **2.563** doses na sede da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA**, situada na Rodovia Transamazônica, nº 1076 - Bairro Amapá – Marabá/PA - CEP 68.502-700 - Telefone: (94) 3312-1500.

d) **3.337** doses na sede da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA**, situada na Av. Marechal Castelo Branco, nº 915 – Interventoria - Santarém/PA – CEP: 68.908-198. Telefones: (93) 3512-0800 / 3512-0848 / 3512-0846 / 3512-0855.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

6.1. Os termos deste contrato poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos casos dispostos no Art. 124 da Lei 14.133/2021.

6.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021](#), o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no Art. 125 da Lei 14.133/2021.

6.3. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

6.4. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

6.5. Nos termos do Art. 136 da Lei 14.133/2021, os registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

6.5.1. Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

6.5.2. Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

6.5.3. Alterações na razão ou na denominação social do contratado; e

6.5.4. Empenho de dotações orçamentárias.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA

7.1. Não haverá exigência de garantia contratual prevista nos Arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, em razão do baixo valor e da baixa complexidade da contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. A Administração terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste termo de contrato, ressalvados os requerimentos

Contrato **XXXX/2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ** e **XXXXXXXXXXXXXX**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESTADUAL
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

8.2. A CONTRATANTE se relacionará com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;

8.3. A CONTRATANTE deverá efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades contratuais e legais;

8.4. À CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, fiscalização sobre os bens fornecidos, e ainda, aplicar as penalidades previstas neste instrumento ou rescindi-lo, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas.

8.5. Fiscalizar o atendimento ao disposto no Art. 4º da Resolução CNMP nº 177/2017, de 5 de julho de 2017, quanto à vedação de atribuição de cargo de chefia a empregado que tenha praticado ato(s) tipificado(s) como causa(s) de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral;

8.6. Será(ão) nomeado(s) Servidor(es), que ficará(ão) responsável(eis) pela gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas, e, ainda, atestar a nota fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA;

8.7. O(s) Servidores responsáveis pela fiscalização terá(ão) poderes para:

a) definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;

b) notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

c) suspender a execução dos serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, quando estes não estiverem sendo executados dentro dos parâmetros estabelecidos no Contrato, submetendo o caso ao Secretário de Administração para decisão.

8.8. O fiscal do contrato deverá informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme disposto no § 2º do Art. 117 da lei.14.133/2021.

8.9. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, conforme disposto no § 3º do Art. 117 da lei.14.133/2021.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;

9.2. Planejar a execução e a supervisão dos fornecimentos;

9.3. Indicar formalmente seu preposto;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESTADUAL
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

9.4. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções, no prazo estipulado pelo Gestor e/ou Fiscal do Contrato;

9.5. Solicitar por escrito e devidamente fundamentado quaisquer modificações na execução do objeto do contrato para análise e decisão do CONTRATANTE;

9.6. Comunicar imediatamente ao Fiscal ou Gestor do Contrato toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto do contrato;

9.7. Manter, durante todo o período de vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação;

9.8. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados;

9.9. Quanto às vedações:

9.9.1. Não ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público da União e dos Estados, sob pena de rescisão contratual;

9.9.2. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução do objeto contratado, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

9.9.3. Não permitir que seus empregados pratiquem a venda de quaisquer mercadorias e produtos nas dependências do CONTRATANTE;

9.9.4. Não utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

9.9.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

9.9.6. Não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. O modelo de gestão e fiscalização na execução do objeto do contrato é aquele disposto no **item 8 (oito)** do Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1. O prazo de vigência deste termo de contrato será de **30 (trinta) meses**, iniciando-se em **XX/XX/2024 e encerrando-se em XX/XX/XXXX**, prorrogável por **até 10 (dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Contrato **X****XXX/2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ** e **X****XXXXXXXXXXXXXX**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESTADUAL
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

11.1.1. A prorrogação de que trata esta cláusula está **condicionada ao ateste, pela autoridade competente**, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

11.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

11.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

11.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

11.1.1. Gestão/Unidade: XXXXXXXXXXXX

11.1.2. Fonte de Recursos: XXXXXXXXXXXX

11.1.3. Programa de Trabalho: XXXXXXXXXXXX

11.1.4. Elemento de Despesa: XXXXXXXXXXXX

11.1.5. Plano Interno: XXXXXXXXXXXX

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

13.1. Os critérios de medição e pagamento do objeto serão aqueles estabelecidos no **item 7 (sete)** do Termo de Referência.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ____/____/____.

14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, produzido e divulgado pelo **IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Contrato X**XXX/2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ** e X**XXXXXXXXXXXXXX**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESTADUAL
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

14.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será formalizado por apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

16.1. A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicadas à CONTRATANTE para que esta delibere sobre a manutenção do contrato, sendo essencial para tanto que a nova CONTRATADA comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no instrumento convocatório, bem como às demais recomendações dispostas na Lei 14.133/2021, em especial quanto aos Arts. 14 a 16.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

17.1. As sanções por infrações administrativas na execução do objeto do contrato estão previstas no Edital correspondente ao presente termo de contrato e terá como base o disposto na **Lei 14.133/2021**, bem como na **PORTARIA PGR/MPU N° 178, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023**.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

18.1. Nas operações de tratamento de dados pessoais realizadas por força deste termo de contrato, as PARTES se obrigam a:

18.1.1. Realizar o tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas, conforme os princípios e amparadas em uma das bases legais previstas na LGPD;

18.1.2. Adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais;

18.1.3. Manter os registros das operações de tratamento de dados pessoais que realizar;

18.1.4. Facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESTADUAL
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados;

18.1.5. Prestar auxílio à outra parte no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;

18.1.6. Comunicar à outra parte, de maneira formal e imediata, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais;

18.1.7. Não transferir e/ou compartilhar com terceiros os dados pessoais recebidos em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização da outra parte, exceto para fins de cumprimento de obrigações legais às quais está submetida;

18.1.8. Registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações da autoridade competente.

18.2. As PARTES podem solicitar, a qualquer tempo, informações a respeito das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em decorrência deste termo de contrato, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

18.3. Cada PARTE responderá, de forma independente, por eventuais danos causados a titulares de dados pessoais, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação à legislação de proteção de dados pessoais.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

19.1. As hipóteses de extinção do contrato são aquelas estabelecidas nos Arts 137 a 139 da Lei 14.133./2021, no que couber.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. A publicação deste Termo de Contrato será providenciada pela Administração, às suas expensas, nos termos estabelecidos no **Art. 94 da Lei 14.133/2021**.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária da comarca da cidade de Belém, no Estado do Pará, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste termo de contrato.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo de Contrato, firmado pelas partes e as testemunhas abaixo, por meio de assinatura eletrônica,

Contrato **XXXX/2024** celebrado entre a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ** e **XXXXXXXXXXXXXX**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESTADUAL
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF.

Belém-PA, XX de XXXXXXXXX de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante da contratada
CONTRATADA

Testemunhas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Matrícula XXXXXXXX

Assinatura eletrônica

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Matrícula XXXXXXXX

Assinatura eletrônica

Contrato XXX/2024 celebrado entre a PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ e XXXXXXXXXXXXXXXX